

RELIGIÃO E POLÍTICA EM ERIC WEIL¹

RELIGION AND POLITICAL IN ERIC WEIL

Sérgio de Siqueira Camargo^(*)

RESUMO

O que se pretende com este breve artigo é mostrar que a ideia de religião e de política no pensamento do filósofo Eric Weil² tem um único fim: dar ao homem a possibilidade de levar uma vida que o satisfaça, encontrando, assim, o verdadeiro sentido para a vida. O interesse da religião e da política é que o homem possa ser satisfeito e feliz. Com efeito, a tese de fundo deste texto é que a religião e a política traduzem, no modo de pensar weiliano, as duas formas mais altas de auto-realização do homem na sociedade moderna. **PALAVRAS-CHAVE:** Religião. Política. Eric Weil. Satisfação. Sentido.

ABSTRACT

The aim of this brief article is to show that the idea of religion and political in the thought of the philosopher Eric Weil has a single purpose: to give man the opportunity to lead a life that pleases him, finding, thus, the true meaning for life. The interest of religion and politics is that man can be satisfied and happy. Indeed, the basic thesis of this paper is that religion and politics reflected in the way of thinking Weilian, the two highest forms of self-realization of man in modern society.

KEYWORDS: Religion. Political. Eric Weil. Satisfaction. Sense.

^(*)Doutor em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Santo Tomás de Aquino (Roma). Mestre em Filosofia pela PUC/SP. Bacharel em Administração de Empresas. Bacharel em Teologia. Atualmente é Diretor Geral da Faculdade Católica de Uberlândia, onde atua também como professor de Filosofia. E-mail: sergiodesiqueira@uol.com.br

¹ Este artigo foi originalmente apresentado como palestra (mesa redonda) em 9 de setembro de 2009 no II Simpósio Internacional sobre Metafísica e Filosofia Contemporânea, realizado nas dependências da PUC Minas em parceria com a Faculdade Católica de Uberlândia.

² Eric Weil nasceu em Parchim, Alemanha, em 1904. Defendeu sua tese em 1928 com Ernst Cassirer. Judeu, emigra para França, naturaliza-se em 1938, é mobilizado e feito prisioneiro na Alemanha. Entra para o CRNS em 1945 e, nessa época, funda a revista Critique. Morreu em 1977, em Nice, França. Escreveu várias obras, cujas principais são: *Logique de la philosophie*, Paris, 1950; *Hegel et l'Etat*, Paris, 1950; *Philosophie politique* Paris 1956; *Philosophie morale*, Paris, 1961; *Problèmes kantians*, Paris, 1963; *Essais et conférences*, 2 vols., Paris, 1970; *Philosophie et réalité*, Paris, 1982 (obra póstuma). Sobre uma visão de conjunto da obra de Weil, ver M. Perine, *Filosofia e Violência. Sentido e intenção da filosofia de Éric Weil*, São Paulo, 1987; e a revisão do livro de G. Kirscher, "Figures de la violence et modernité: essai sur la philosophie d'Éric Weil", in *Sintese* 60 (1993): 131-133. Ver também o excelente trabalho de G. Kirscher, *La philosophie d'Éric Weil*, Paris, 1989.

INTRODUÇÃO

Inicialmente é importante dizer que Eric Weil fez da religião e da política um dos focos centrais da sua elaboração filosófica. Essa vinculação entre religião e política atravessa parte do seu sistema filosófico, cuja comprovação se encontra presente nas três obras principais: *Lógica da filosofia*, *Filosofia política* e *Filosofia moral*, as quais serão utilizadas nesta exposição³. Em *Lógica da filosofia*⁴, texto de 1950, ele coloca a categoria Deus como o ponto de “virada do devir filosófico, a mais moderna das categorias antigas, a mais antiga das modernas”. Weil publica, em 1956, a obra *Filosofia política* como resposta ao marxismo e ao niilismo contemporâneos. Nela, ele mostra que o homem moderno está dividido e insatisfeito. Em 1961, apresenta a sua *Filosofia moral* para dizer que a verdadeira vida moral consiste em agir na história sob o controle de uma razão que seja capaz de conduzir o ser humano à felicidade. Com base nessas concepções weilianas, expõem-se a seguir algumas reflexões divididas em duas partes: na primeira descreve-se como se dá a experiência religiosa do homem moderno, e, na segunda, a vida política do homem no Estado moderno. Como conclusão, consideram-se alguns pontos que caracterizam a relação entre religião e política em Eric Weil.

1 EXPERIÊNCIA RELIGIOSA DO HOMEM MODERNO

No parágrafo 27 de sua *Filosofia política* Weil mostra que o homem moderno está insatisfeito e dividido porque não encontra sentido para a vida interior. “No plano da sociedade o indivíduo está dividido, sente-se dividido

³ Weil entra no contexto da filosofia de sua época, no cenário filosófico francês e europeu, com a publicação da *Lógica da filosofia*, em 1950. A *Lógica*, obra principal, texto de difícil compreensão e austero na sua estrutura, foi objeto de poucas recensões, como também teve pouca repercussão em sua época. Em 1956 publica a *Filosofia política* e, em 1962, a *Filosofia moral*, mostrando que o seu modo de pensar filosófico era, no fundo, uma busca incansável por uma filosofia do sistema. Percebe-se que as suas obras estão em profunda harmonia, compondo-se um verdadeiro sistema filosófico fundado sobre a ideia de filosofia enquanto “sistemática do razoável”. É necessário afirmar que há uma profunda coerência entre a *Lógica da filosofia*, a *Filosofia política* e a *Filosofia moral*, as três obras principais, revelando, assim, uma ligação coerente entre teoria e prática.

⁴ Sobre uma visão de conjunto da *Lógica da filosofia*, ver G. Kirscher, “Abertura do discurso filosófico”, in *Síntese* 41(1987): 42. Ver também P. F. Taboni, “La Logique de la philosophie e i problemi dell’interpretazione”, in *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa (serie III)*, 11 (1981): 1267-287.

e, assim, é essencialmente insatisfeito” (1956, p.98). Segundo ele, o homem, para ter sucesso no mundo do trabalho organizado, precisa se qualificar tecnicamente para poder participar, por exemplo, dos benefícios sociais. Com efeito, a sociedade moderna, pela sua natureza, fornece satisfação das necessidades materiais, mas não é capaz de oferecer um sentido para a vida interior⁵. Por esse motivo, o homem se vê obrigado a voltar-se “para aquela parte de si mesmo que não está submetida ao cálculo, que não tem nenhuma utilidade (senão negativa) para o trabalho da sociedade” (1956, p. 93). Nessas condições, é a sociedade que faz com que o homem se volte contra ela, pois, para ele, é importante reconstituir a vida interior dilacerada pelos valores do progresso e da eficácia. Assim, o Sentido para a vida interior se encontra em poder viver para si mesmo, “é em si mesmo, na sua individualidade, que o homem deve encontrar um sentido para sua vida” (1956, p. 93).

Paul Ricouer, em um texto de 1956, ao analisar a relação entre indivíduo e sociedade na *Filosofia política* de Weil, escreveu:

O indivíduo está insatisfeito e até mesmo dividido na sociedade moderna do trabalho porque não encontra sentido na simples luta contra a natureza e na apologia do cálculo eficaz. Em vista de que ele trabalha? Em vista do lazer? Mas qual é o sentido desse tempo “livre” e “vazio”? Não é mais o mecanismo social que pode lhe dar esse sentido, mas o antigo sagrado, a tradição viva da comunidade histórica, isto é, precisamente o fundo histórico que a sociedade mundial do trabalho organizado reduz, desmantela, dissolve (1998, p. 45).

Nessa mesma direção, Canivez, comentador de Weil, mostrou que “o sentimento de insatisfação se apresenta como uma exigência do sentido, vale dizer, como exigência de uma existência ao mesmo tempo atual e sensata” (2000, p. 149).

Seja dito que na *Lógica da filosofia* Weil apresenta dezoito categorias que

⁵ Weil, nos parágrafos 20, 21 e 22 da *Filosofia política*, apresenta sua interpretação acerca da sociedade moderna. Para Canivez, de uma certa maneira, a interpretação weiliana segue o esquema hegeliano de uma subordinação do social ao político. Ver, a propósito, P. Canivez, *Le politique et sa logique dans l'œuvre d'Eric Weil*, op. cit., p. 136. No que diz respeito ao conceito de sociedade, Weil retoma Hegel, porém com um enfoque diferente acerca da sua especificidade. A diferença está na ideia de que, para Weil, a característica principal da sociedade moderna é a luta com a natureza. Acerca do conceito de sociedade em Weil, ver D. Dubarle “Totalisation terrestre et devenir humain”, in *Archives de Philosophie* 33 (1970): 527-545. Sobre o conceito de sociedade em Hegel, ver T. Weber, *Hegel, liberdade, Estado e história*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 113-142. Ver ainda J. C. Salgado. *A ideia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 365-386.

tematizam as atitudes puras nas quais o homem se compreende na história: Verdade, Não-senso, Verdadeiro-e-falso, Certeza, Discussão, Objeto, Eu, Deus, Condição, Consciência, Inteligência, Personalidade, Absoluto, Obra, Finito, Ação, Sentido, Sabedoria. Sobre esta visão de conjunto da *Lógica da filosofia*, Perine observa: “A primeira série, da Verdade ao Eu, reúne as assim chamadas categorias antigas; a segunda série da Condição à Ação, as categorias modernas. A modo de gonzo entre essas duas séries encontra-se a categoria Deus, e como pedra angular de todo o edifício, as categorias do Sentido e da Sabedoria” (PERINE, 2004, p. 235).

É oportuno dizer que é na categoria do Objeto que surge, pela primeira vez, na ordem do discurso coerente weiliano, a busca de querer viver para si mesmo, a busca de felicidade individual (1956, p.139-156)⁶. Na ordem lógica da sucessão das categorias, a categoria do Objeto vem logo depois da categoria da Discussão⁷. Ela é a condição de aparição de sentido na categoria do Eu⁸: “para aquele que vive na atitude pura diante do objeto absoluto [...] há a paz absoluta” (1950, p.145), diz Weil, ou seja, o homem quer e busca, a todo momento, a felicidade. Nas atitudes da Discussão e do Objeto, o homem pensa a felicidade, mas não é capaz de encontrá-la. Daí que é na categoria do Eu que o homem se vê como um eu que deseja, que sofre, que crê, que espera. Ou melhor, o eu quer ser feliz, mas, no fundo, percebe que essa felicidade não é possível do ponto de vista histórico e se descobre como um ser infeliz. Trata-se da experiência do eu rejeitando a si mesmo. Ele começa por buscar a felicidade nele: “é necessário procurar a felicidade no homem e pelo homem” (1950, p. 156), afirma Weil. Contudo, percebe-se que essa felicidade não depende e não pode vir somente do homem, ou seja, da razão humana.

Segundo a análise de Gilbert Kirscher, a categoria do Eu mostra que o homem não se compreende somente como razão, mas também como desejo (1995, p. 614). O homem é um ser de razão e desejo. Mais ainda: a felicidade, na razão, frustra o desejo. Nesse sentido, a categoria do Eu revela que o homem é uma síntese de razão e desejo. Ela mostra que o homem é um animal em constante busca de equilíbrio interior. Essa busca faz com que ele tenha consciên-

⁶ Para Weil, a categoria do Objeto representa as filosofias de Platão e Aristóteles.

⁷ A categoria da Discussão diz respeito à figura de Sócrates.

⁸ O Eu corresponde ao discurso puro das experiências históricas do estoicismo e do epicurismo. Conforme afirma Kirscher: “A categoria seguinte, Deus, pode ser compreendida como a invenção de uma solução nova do conflito estrutural do eu ...” (1996, p. 615).

cia de que não quer somente contentamento na razão, mas quer, sobretudo, a satisfação do desejo. A categoria do Eu revela que o homem, por si só, não alcança a felicidade que almeja, porque só pode chegar a uma “pré-felicidade”, mediante uma luta com sua natureza interior.

O importante é dizer que, nessas condições, o homem procura um fundamento transcendente para a felicidade, que é Deus⁹. Com efeito, a categoria Deus entra no discurso filosófico porque a fé é uma das atitudes puras na qual o homem se mantém no mundo. A busca de felicidade, de contentamento, leva o homem a pensar Deus como um Eu infinito do qual recebe a existência e no qual espera encontrar felicidade. Em Deus, o homem encontra satisfação para o seu ser razoável. Diz Weil:

O eu não encontra satisfação no seu isolamento, pois só a encontraria deixando de ser eu. Ele a encontra opondo-se a outro eu pelo qual seja compreendido como sentimento, satisfeito como desejo, determinado como homem, não como ser natural: Deus (1950, p.175).

Em Deus, se dá a reconciliação de sentimento e razão, visto que Ele é, ao mesmo tempo, razão, sentimento e desejo. Ou melhor, Deus é o sentimento criador no qual razão e desejo são uma e mesma coisa. “Deus se opõe ao homem como limite livremente criado de sua onipotência de criador, como sua imagem na qual ele é por si mesmo” (1950, p.176), afirma Weil. Portanto, na perspectiva do discurso weiliano, é por oposição ao Eu que Deus entra no discurso filosófico.

Assim, a felicidade do homem, como unidade de desejo e razão, é garantida por um Eu absoluto. Deus é o Eu absoluto que domina a natureza em favor do homem e o reconhece pelo seu sentimento. Ele é “um eu realmente transcendente como criador, como eu absoluto, eu absolutamente satisfeito [...] mas acessível à compreensão do homem enquanto criador [...], isto é, razão, sentimento e desejo” (1950, p.176). Para Weil, o homem só se compreende em Deus e, a partir dessa compreensão, tem a possibilidade de ser feliz. Em outras palavras, Deus, como transcendente, compreende a natureza humana, garantindo a felicidade.

Nesse sentido, “é sob a categoria Deus que, pela primeira vez, o homem se vê e se interpreta na totalidade de sua vida” (WEIL, 1950, p.186). Isso significa que a partir da categoria Deus torna-se possível uma interpretação moderna do homem. Ela resolve o problema da oposição entre essência e existência,

⁹ Para Weil, Deus é a categoria constitutiva das “religiões mediterâneas, semíticas”.

pois é na sua essência, em Deus, que ele compreende sua existência e é, na sua existência, que essa essência se revela. A categoria Deus “é assim o ponto de virada do devir filosófico, a mais moderna das categorias antigas, a mais antiga das modernas” (1950, p. 188). Nela se descobre a liberdade humana sob a forma de sentimento, ou seja, na reflexão da existência na essência.

A categoria Deus revela, por compreender a insatisfação do indivíduo na sociedade moderna, como surge na ordem do discurso coerente weiliano o sentimento de busca de felicidade e como se dá a experiência de insatisfação do homem, pois, nela, aparecem os conceitos fundamentais de essência e existência, apresentando a liberdade sob a forma de sentimento. Ela pode ser resumida nesta fórmula:

O homem se compreende em Deus – esta fórmula tem dois sentidos: é em Deus que o homem se vê, e: o que o homem vê em Deus é a si mesmo. As duas interpretações exprimem um único fato, visto uma vez do interior da categoria, a outra, do exterior, fato idêntico, contudo, porque dos dois modos é reconhecido que o ser do homem se explica no e pelo Ser divino (WEIL, 1950, p.190).

A categoria Deus mostra a relação do homem com Deus para dizer que é uma relação de sentido, ou seja, uma relação da liberdade com a razão (KIRSCHER, 1989, p. 263; PERINE, 2004, p. 240-245). Em outras palavras, ela descobre como se dá o surgimento da liberdade, na modernidade, sob a forma de um sentimento que quer e deseja a felicidade.

Pode-se dizer que por meio da categoria Deus e das anteriores compreende-se o porquê da contradição entre o que deseja a vida interior do indivíduo e aquilo que propõe a sociedade moderna. Na sociedade, o sentimento de insatisfação se rebela contra a “desumanização” e “coisificação” do ser humano. Ao exercer pressão, a sociedade faz com que a individualidade do homem desapareça, colocando-o numa situação de conflito interior, de desespero, de insegurança. Para a sociedade, o sagrado é o resultado mensurável obtido na luta com a natureza (WEIL, 1956, p. 96-97)¹⁰. Assim, na organização do mundo do trabalho racional, se eliminou o sagrado transcendente, isto é, Deus, vale dizer, a beleza, a quietude, a comunhão dos indivíduos com os valores fora do mundo do trabalho, visto que tudo que não se refere ao cálculo eficaz é considerado inútil e contraditório. Dito de outro modo, o sagrado – o

¹⁰ Weil nesta passagem da *Filosofia Política* explica a origem da sociedade moderna. Para uma visão sintética acerca do conceito de sociedade em Weil, ver P. Canivez, *Eric Weil*, Paris, 1998, p. 24-27.

trabalho social – da sociedade moderna não é capaz de oferecer um sentido para a vida interior dos homens.

Weil, no parágrafo 28 da *Filosofia política*, afirma que a sociedade moderna esqueceu a palavra *otium*, que não significa simplesmente ociosidade, mas “trabalho desinteressado”. Esse esquecimento causa uma perda de sentido para o homem moderno,

[...] influenciando sobre toda a vida humana, o trabalho privou o otium de conteúdo e transformou a natureza ordenada e bela em fonte de matérias-primas e forças utilizáveis, assim como fez de Deus um conceito em vez de uma presença [...] (1956, p.101).

Segundo Weil, o homem, para poder agir razoavelmente e determinar-se como liberdade razoável, deve trabalhar para viver e não viver para trabalhar. Assim, o que se opõe à natureza social é a vontade de liberdade, a busca de sentido. O indivíduo moderno para reencontrar o sentido perdido necessita exercer a vontade de ser livre, pois ele não se contenta com o modo de ser da sociedade no que se refere à vida interior. Nessas condições, o indivíduo, porque compreende bem a situação de insatisfação, tem consciência de que não basta somente agir em conformidade com a lei positiva para se realizar como ser humano. Em outras palavras, a sociedade, em si, não é capaz de fornecer uma orientação para a vida do indivíduo em suas condições concretas e existenciais. Por este motivo, ele necessita adquirir uma segunda educação que o leve a encontrar sentido no mundo no qual vive, mundo da insatisfação e da eficácia produtiva. Essa educação é dada pela religião. Isso não significa que essa segunda educação, fornecida pela religião, seja radicalmente contra tudo aquilo que constitui a sociedade, “mas de buscar o que possibilita ser a favor” (1956, p.105). Para Weil, essa atitude de oposição da religião não pode ser confundida como revolta contra a sociedade¹¹. Portanto, a religião, no modo de pensar weiliano, tem como tarefa fazer com que o homem busque pelo exercício da liberdade razoável o que possibilita dar um sentido à vida interior vivida em sociedade.

2 A VIDA POLÍTICA DO HOMEM NO ESTADO MODERNO

O homem é um animal político, visto que “vive numa comunidade antes de ser indivíduo para si mesmo”, afirma Weil (1956, p. 21). Segundo ele, o homem é incapaz de viver isolado e, para ser ele mesmo, tem necessidade de

¹¹ Cf. *Lógica da Filosofia*, cap.XII: Personalidade.

estabelecer relações com os seus semelhantes em todos os momentos da sua existência. É no Estado, segundo ele, que o homem, por efeito das leis e das instituições políticas, é levado a sair de seu egoísmo e a viver conforme o que é subjetivo e objetivamente bom.

Assim, política é a compreensão do homem vivendo no Estado. Sua finalidade é a satisfação e a felicidade de todos os homens. Segundo Weil, o homem é superior ao Estado “mas isso só vale para o indivíduo razoável, não para o natural e passional (WEIL, 1956, p. 254). Isso significa que o homem que está acima do Estado é aquele que vive a vida moral.

No parágrafo 19 da *Filosofia moral*, texto de 1961, encontra-se a fórmula, “a moral é real como moralização” (1961, p.148). Esse princípio moral é importante para dizer que o homem, ao se moralizar, se faz também ser político, podendo, assim, assumir o ponto de vista do bom governo. Assim, o homem, ao pertencer a uma comunidade histórica, busca se universalizar. Diz Weil: “a vida moral é a procura pelo indivíduo da universalidade infinita na ordem de uma moral particular” (1961, p. 207). Vida moral é agir na história sob o controle da razão razoável, de uma razão que conduz o ser humano à felicidade.

Para Weil, a ideia de felicidade exige do homem um esforço moral constante, ou seja, o homem deve se esforçar sempre por levar uma vida moral virtuosa, uma vez que “somente o homem feliz é virtuoso”. Mais ainda, o homem tem necessidade de se moralizar porque tem consciência de que “não é necessariamente moral”, mas um ser ao mesmo tempo razoável e violento (WEIL, 1961, p.158). Isso significa que, mesmo sendo razoável e procurando ser virtuoso, a qualquer momento ele pode voltar a ser violento, a praticar a violência. Para ficar a salvo do perigo da violência, deve exercer uma vida moral e praticar virtudes. Estas, para Weil, são atitudes praticadas em consonância com os vários deveres que advêm da moral da comunidade (1961. p. 159-162).

O homem vive num contexto histórico-moral desde que “começa a pensar, a falar, a agir” (WEIL, 1961, p. 189). Na vida moral, ele deve desenvolver aquilo que os gregos designaram de sabedoria prática. É a faculdade de discernir, “graças à experiência e à reflexão, o que conduz ao resultado querido” (1961, p. 191). A sabedoria prática auxilia o homem a agir politicamente bem e o conduz a um progresso moral universal (1961. p. 192-195). Nesse sentido, o homem deve ser capaz de distinguir a moral do imoral, o agir razoável do agir violento.

Com efeito, o homem se universaliza, politicamente, pela prática da

justiça¹². Chega-se ao universal, a uma vida política digna, quando se implanta a justiça pela mediação de uma moral histórica baseada em deveres. A justiça entra na vida política do Estado quando os homens agem de modo virtuoso, ou seja, quando praticam as virtudes morais com o objetivo de agir razoavelmente. A vida política exige que o homem aja segundo a moral da comunidade histórica. É se moralizando que o homem se abre para a realidade política, ou seja, moralizando-se ele se descobre como ser político.

A moral exige um fundamento ao seu discurso. Segundo Weil,

é a filosofia política que fornece seu fundamento ao discurso moral: ela conduz o indivíduo à tomada de consciência do universal concreto no qual está situado e em relação ao qual ele se situa, – consciência desse universal tal qual é em si mesmo, não somente enquanto é para o indivíduo como seu outro, puro dado, condição, segundo natureza exterior (1961, p. 211).

Assim, a política se apresenta como a consciência que o homem tem do universal concreto em-si e para-si. A ação moral do homem é, ao mesmo tempo, ação sobre si mesmo e sobre os outros, com conotações históricas no sentido de querer sempre criticar e transformar a realidade social através da política. A política revela a ele quais são as estruturas violentas do Estado que necessitam ser modificadas e substituídas.

A vida política supõe a existência da vida moral; ambas são vividas no Estado. “A moral pura julga a moral concreta da comunidade [...], julga as instituições, a organização, a política histórica do grupo: revelar a moral concreta de uma comunidade é um ato especificamente político” (1961, p. 211), afirma Weil. Assim, o homem que adota o ponto de vista do bom governo se apresenta como o homem moral agindo na história, dado que a política “é a moral em marcha”, ou seja, a moral é essencialmente política. Portanto, o horizonte último da ação política, que é o mesmo da ação moral, é a redução da violência no Estado.

Weil entende que o homem, ao se colocar acima do Estado, luta por preservá-lo e aperfeiçoá-lo. “Não é querendo abolir o Estado – desejo insensato –, mas levando-o à sua perfeição que o homem se realizará como ser razoável na comunidade de uma moral que, pensando-se, quer ser razoável” (1956, p. 255). O Estado é aperfeiçoado pela discussão, essência do Estado moderno,

¹² Sobre o conceito de justiça em Weil, ver P. Canivez, “La nozione di giustizia in Eric Weil” in *Eric Weil: violenza e libertà. Scritti di morale e politica*, p. 135-148.

do ponto de vista do universal e conduzido pelo bom governo; nele, ninguém tem razão *a priori*, visto que toda verdade é submetida à crítica e à discussão. O Estado razoável se constitui na igualdade de todos cidadãos diante da razão e tem a tarefa de educá-los através de uma compreensão da necessidade do universal, para a satisfação razoável. O fim do Estado é a satisfação do cidadão como ser livre na razão. O fim é alcançado pelo trabalho social e pela discussão no Estado, compreendido como instância moral e educativa. No Estado, o homem é capaz de sentir-se razoavelmente feliz, de pensar a moral e de se fazer livre. O sentido do Estado está na existência do homem livre e razoável; ele é que torna sensata a vida dos cidadãos. “Só o cidadão de um Estado razoável pode ser homem no sentido forte do termo, homem plenamente desenvolvido, homem virtuoso” (1956, p.57).

Com efeito, a felicidade é meta a ser alcançada pelo cidadão. Ela, como meta, é que dá sentido à ação moral e política do cidadão. “A meta foi determinada como felicidade do ser finito e razoável, e nada que precede não invalida essa definição: é a meta que dá um sentido à filosofia moral e à filosofia política” (1961, p. 213). Todavia, essa meta não é dada nem pela moral, nem pela política, mas pela filosofia, pelo discurso coerente. O discurso coerente se apresenta como o infinito sobre o qual se situam a moral e a política. A moral e a política se compreendem somente a partir do discurso coerente: “um discurso que não tem limites, porque nenhum outro discurso coerente existe fora dele” (1961, p. 214). A felicidade visada pela ação moral e política não pertence ao domínio da satisfação, das necessidades materiais dadas pela sociedade moderna. Com efeito, o cidadão deve ser sempre capaz de encontrar infinitude na finitude. O infinito funda a possibilidade de felicidade do finito. Infinito é o discurso coerente se revelando em sua forma e em seu conteúdo.

De acordo com Weil, “o indivíduo só é razoável no interior do universal” (1956, p. 258). Assim, o cidadão educado pela moral transcende a natureza empírica ao falar e agir de modo coerente no universal concreto, que é o Estado moderno (1961, p. 216-217). Quando age politicamente, a partir da moral, ele busca sempre o infinito, a coerência do discurso. Assim, “a moral é a via de ascensão para o homem que quer se elevar à universalidade – quer, porque escolheu a não-violência e a universalidade” (1961, p. 219). Essa proposta de ascensão à política, pela via da moral, não quer designar nada de místico, de extraordinário ou de religioso. A moral é superior, nessas condições, à arte, à poesia e à religião. “A moral é superior à contemplação e à presença imediata

[...]; é o desejo de felicidade da presença que funda, filosoficamente, a moral; é a felicidade trans-moral que a moral visa” (1961, p. 220). Assim, a política visa à liberdade razoável de todos os homens, pois “o que ela recusa é a insatisfação do homem razoável” (1956, p. 258).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA

Antes de concluir esta breve reflexão, pode-se dizer que uma das originalidades do pensamento de Weil consiste em ter feito da atitude Deus e da atitude da Ação categorias filosóficas. Weil compreende que Deus é a categoria constitutiva das “religiões mediterrâneas, semíticas” e a política uma invenção grega. Evidenciou-se que a filosofia de Weil reconhece que a “fé vivida pelo homem se apresenta como a intencionalidade da liberdade razoável, cujo termo é Deus”, e a política é ação da liberdade razoável do homem situada no Estado moderno. Para Weil, religião é o sentimento que projeta o homem em direção ao contentamento; do mesmo modo, política é ação que reivindica também contentamento para o homem. Weil compreende contentamento como *eudaimonia*, isto é, vida feliz; o cristianismo compreende contentamento como beatitude (PERINE, 2004, p. 236-239).

Assim, quis-se mostrar, como observou Marcelo Perine, que “a fé é uma das atitudes humanas irredutíveis porque o homem não se descobre só como razão aposta à natureza, mas também como coração, e o desejo do coração é um só: ser feliz” (PERINE, 2004, p. 237). De fato, para Weil “toda política que se quer não egoísta promete a todos os homens a felicidade, a satisfação, a obtenção de seu lugar natural num mundo perfeitamente organizado” (1956, p.12). Este mundo organizado é o Estado moderno.

Pode-se dizer ainda que a atitude vivida pelo homem de fé, como sentimento, não deve ser compreendida como sentimento religioso puramente subjetivo ou fideísmo dogmático. Reconhecer a fé como sentimento significa afirmar que ela pertence ao imediatamente vivido, visto que o homem, nesse âmbito, se experimenta também como coração. Para usar uma linguagem bíblica, “na atitude da fé, o homem se descobre como criatura e imagem do Deus transcendente e inacessível, que contudo, lhe fala ao coração, revelando como fonte e fim da sua existência” (PERINE, 2004, p. 238). Em outras palavras, é pela revelação que o homem se reconhece

como criatura e imagem de Deus. Assim, a revelação, diz Weil, o ensina a distinguir o bem do mal, tornando-o semelhante a Deus.

Por conseguinte, política não é sentimento, mas ação universal na história. Com efeito, a política, no sentido verdadeiro, reconhece o homem não somente em suas necessidades materiais, mas também em suas exigências morais. A finalidade da política é a vida feliz de todos os membros da comunidade e só pode ser compreendida e pensada a partir de uma concepção de moral. Ressaltou-se que para Weil a moral é ponto de partida de toda política, vale dizer, “a política é a moral em marcha” na história.

Para finalizar, o que se propôs dizer consiste nisso: na experiência religiosa, o homem se compreende em Deus e só a partir dessa compreensão pode levar uma vida interior que o satisfaça e, por conseguinte, ter a possibilidade de ser feliz. Portanto, na linguagem da fé, diz Weil, “Deus não é antropomorfo, exceto para a linguagem do mundo e da necessidade: o homem, sim, que é teomorfo” (1950, p. 192). Por sua vez, na vida política, em sociedade, o homem educado, do ponto de vista moral, pelo Estado, consequentemente, buscará a justiça social. Dito de outro modo, é a partir de um agir político, na perspectiva do governo responsável, que se chega ao universal concreto, à justiça social. Nessas condições, a felicidade é que dá sentido a toda ação moral e política¹³. Enfim, a meta da religião, como a da política, é a felicidade do homem na presença, ou seja, em uma constante busca de sentido e satisfação¹⁴.

¹³ Perine traduziu bem a razão última da política weiliana: “Dito em linguagem menos prosaica, mas não menos provocadora, ‘a felicidade é o fim último do político. Eu, pessoalmente, prefiro traduzir a antiga *eudaimonia*, por *contentamento*, entendo que esse conceito traduz perfeitamente a mais antiga aspiração do homem, aquela que nasce com a sua humanidade, e que foi traduzida por Hegel em termos de satisfação e reconhecimento. É certo que a felicidade pessoal de cada um não é um problema para a política... Mas a infelicidade de muitos é um problema político [...]” (PERINE, 2004, p. 132).

¹⁴ Weil, em uma bela passagem da *Filosofia política*, disse: “mas a satisfação mesma só se encontrará no que não é mais ação: ela consiste na *theoria*, na visão daquele sentido cuja realidade é pressuposta pela busca e pela ação, por toda questão e por todo discurso, mesmo pelo discurso que o nega. Porque o mundo do homem, o mundo da história e da ação, é sensato, o homem pode nele buscar o sentido de sua existência – buscá-lo e encontrá-lo, não como se encontra um objeto, um acontecimento ou uma doutrina pronta, mas buscá-lo e encontrá-lo na tensão para o universal, para aquela liberdade razoável que, recusando o que a recusa, encontra seu conteúdo compreendendo-se como visão do todo, que capta o todo, mas é sempre visão parcial e deve primeiro constituir-se plenamente antes de poder compreender que captou aquele todo que toda outra visão já tinha captado, mas de um ponto de partida e sob uma imagem totalmente diferente” (1956, p. 260).

REFERÊNCIAS

- CANIVEZ, P. *Le politique et sa logique dans l'oeuvre d'Eric Weil*. Paris: Éditions Kimé, 2000.
- KIRSCHER, G. *La philosophie d'Eric Weil*. Paris: Puf, 1989.
- _____. *Figures de la violence et de la modernité*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1993.
- _____. Les figures de la subjectivité dans la Logique de La philosophie d'Eric Weil. *Archives de Philosophie*, v. 59, 1996.
- PERINE, M. *Eric Weil e a compreensão do nosso tempo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. Eudemonismo e deontologia na Filosofia Moral de Éric Weil, ou dever ser feliz. *Ethica Cadernos Acadêmicos*, v. III, n. 6, Belo Horizonte, 1996. p. 18-33.
- RICOUER, P. *Em torno ao político*. São Paulo: Loyola, 1998.
- WEIL, E. *Logique de la philosophie*. Paris: Vrin, 1950.
- _____. *Philosophie politique*. Paris: Vrin, 1956.
- _____. *Philosophie morale*. Paris: Vrin, 1961.

Recebido em 20/10/2009
Aprovado em 30/11/2009

